

RESOLUÇÃO Nº 028/2025 – CAD/UNESPAR

Aprova a atualização do Regulamento para Concessão de Licença Sabática para os docentes integrantes da carreira de Professor do Ensino Superior da Universidade Estadual do Paraná.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso IX do artigo 9º do Regimento Geral da Unespar;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 23.457.263-6;

considerando o Parecer nº 006/2025 - Progesp;

considerando a deliberação contida na Ata da 5ª Sessão (4ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 26 de fevereiro de 2025, pela Plataforma Digital *Microsoft Teams*,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Regulamento para Concessão de Licença Sabática para os docentes integrantes da carreira de Professor do Ensino Superior da Universidade Estadual do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 007/2014 - CAD.

Art. 3º Publique-se no *site* da Unespar.

Paranavaí, 26 de fevereiro de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar
Decreto Nº 7.733/2025

(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 028/2025 – CAD/UNESPAR

Regulamento para Concessão de Licença Sabática

CAPÍTULO I

Considerações Gerais

Art. 1.º A Licença Sabática tem por finalidade o afastamento, com remuneração integral, para realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional/científico dos docentes integrantes da carreira de Professor do Ensino Superior do Paraná, podendo ser concedida para:

I – a realização de pesquisa programada em outras Instituições de Ensino Superior, à vista de documento específico expedido pela instituição de destino, juntamente com o respectivo aceite;

II – a realização de estágio de caráter avançado científico ou técnico, em instituição reconhecida como de excelência, sob orientação de profissional de renomada competência, devendo o plano integral do estágio ser previamente aprovado pelo Colegiado de Curso em que estiver lotado o docente interessado;

III – a produção intelectual de caráter relevante, científico, técnico, artístico ou cultural, respeitadas as especificidades de cada área, mediante a apresentação de um Projeto/Plano de Trabalho ao Colegiado de Curso em que estiver lotado o docente interessado, para análise e aprovação.

Parágrafo único. A pesquisa, o estágio e a produção intelectual aos quais se referem os incisos I, II e III deste artigo, devem estar relacionados, obrigatoriamente, à área de atividade do docente.

Art. 2.º O afastamento referido no art. 1º é de 6 (seis) meses para cada 7 (sete) anos de efetivo exercício de suas funções na Carreira, estando, pelo menos, os 4 (quatro) últimos anos em regime de TIDE, obedecidos os termos abaixo:

§ 1.º Serão computados para a integralização do período aquisitivo do direito à Licença Sabática, de maneira contínua ou intercalada, exclusivamente:

- a) o tempo de efetivo exercício na carreira de Professor do Ensino Superior;
- b) o período de afastamento para cursar pós-graduação a nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado de maneira integral ou parcial;
- c) o período de afastamento em gozo de Licença Sabática;
- d) o período de afastamento para Licença Especial;
- e) o período de afastamento para Licença Capacitação, nos termos da Lei Complementar nº 217/2019;
- f) o período de afastamento para outras atividades de relevante função pública, diretamente vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa ou extensão;
- g) outras situações que configurarem de efetivo exercício, conforme disposto no art. 128 da Lei nº 6174/1970.

§ 2.º Havendo interrupção do efetivo exercício, a apuração do tempo de serviço será feita em dias, sendo o número de dias convertido em anos, considerado o ano como de trezentos e

§ 3.º Não será beneficiado com a licença Sabática o docente que estiver em programa de capacitação incompleto, com irregularidades em projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão ou em débitos com a Instituição.

Art. 3.º O Colegiado do Curso ao qual pertença o docente solicitante, ao deliberar sobre o pedido de concessão de Licença Sabática, deverá observar os seguintes requisitos:

- a) Apresentação da carta de aceite da Instituição de destino onde o plano de trabalho será desenvolvido;
- b) O Colegiado de Curso deverá assumir, integralmente, a carga horária do docente afastado para Licença Sabática.

§ 1.º Mediante manifestação favorável do Colegiado de Curso, poderá haver gozo de duas licenças sabáticas consecutivas, desde que transcorridos 14 (quatorze) anos de efetivo exercício.

§ 2.º O total de docentes afastados ou licenciados do Colegiado não deve extrapolar, anualmente, o limite de 15% (quinze por cento) do seu quadro docente.

§ 3.º Tem preferência na fruição de Licença Sabática, o docente com maior tempo de serviço na instituição e, em caso de empate, o de maior titulação acadêmica e, persistindo o empate, o de maior idade.

CAPÍTULO II

Tramitação

Art. 4.º A solicitação de concessão de Licença Sabática deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Formulário requerendo a Licença Sabática, preenchido pelo docente interessado;
- II. Carta de Aceite da Instituição de destino;
- III. Plano de Atividades a ser desenvolvido durante a licença;
- IV. Parecer Técnico do Colegiado sobre o Plano de Atividades a ser desenvolvido, analisando o mérito e a exequibilidade do plano, além da relevância do projeto para o desenvolvimento do curso em que o requerente atua;
- V. Ata da Reunião de Colegiado constando a aprovação do pedido de licença;
- VI. Declaração do Colegiado de que a pesquisa ou estágio a ser realizado, durante a licença, estão relacionados, obrigatoriamente, à área de atividade do docente;
- VII. Declaração de que a carga horária do docente em licença será integralmente assumida por docentes efetivos do colegiado;
- VIII. PAD atualizado do(s) docente(s) que assumir(em) a carga horária do licenciado;
- IX. Ata do Centro de Área homologando o pedido da licença;
- X. Declarações expedidas pela Divisão de Pesquisa, Divisão de Ensino, Divisão de Extensão e Direção de Campus de que o docente não esteja em programa de capacitação incompleto ou com irregularidades em projetos de pesquisa, ensino e extensão e não esteja em débito com a instituição.

§ 1.º A não apresentação dos documentos descritos neste artigo implicará na devolução do

processo ao proponente.

§ 2.º Compete ao Colegiado de Curso a deliberação sobre o pedido.

§ 3.º Após deliberação, tendo o Colegiado de Curso assumido o compromisso de absorver as aulas, encaminha-se o processo ao respectivo Centro de Área para homologação.

§ 4.º Compete ao Conselho de Centro de Área a homologação do pedido e seu encaminhamento à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do previsto para o início da licença.

Art. 5º O requerente deve aguardar, em exercício, a deliberação final sobre o pedido.

Art. 6.º Se o parecer for favorável, o docente deve assinar o Termo de compromisso antes do início do gozo da licença.

Art. 7.º O período de concessão da Licença Sabática deverá, preferencialmente, coincidir com um semestre letivo.

CAPÍTULO III

Obrigações do Docente

Art. 8.º O docente em Licença Sabática fica obrigado a se dedicar à execução das atividades programadas, quando da concessão do benefício, em tempo equivalente ao Regime de Trabalho que exerce na Universidade.

Art. 9.º Ao reassumir suas funções, findada a licença, o docente terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o Relatório Técnico, ao Colegiado de Curso, para análise e parecer, juntamente com o parecer do Orientador/Supervisor ou Coorientador, que comprove as atividades desenvolvidas no período, sendo o encaminhamento realizado pelo Protocolo Digital.

§ 1.º Após apreciação e deliberação do Relatório Técnico, o Colegiado o encaminhará ao Centro de Área para homologação.

§ 2º O Relatório Técnico homologado pelo Centro de Área deverá ser encaminhado à Progesp para ciência e registro.

§ 3.º Em caso de não aprovação do Relatório Técnico, além das sanções previstas na Lei n.º 6.174/70, do ressarcimento pecuniário à Unespar dos proventos recebidos proporcionalmente ao tempo em que esteve licenciado, o docente ficará impedido de usufruir a próxima Licença Sabática a que teria direito.

§ 4.º A não aprovação do relatório pelo Colegiado deverá ser acompanhada por justificativa escrita.

Art. 10 O docente licenciado comprometer-se-á a manter vínculo com a Universidade após o término da licença, por prazo, no mínimo, igual ao da duração do afastamento.

CAPÍTULO IV



Das Disposições Finais

Art.11 A Licença Sabática não poderá, em hipótese alguma, ser compensada por indenização pecuniária.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, ouvida a Procuradoria Jurídica da Unespar.